



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 DE JUNHO DE 2022

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2022

Índice

Relatório da Administração	03
Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	06
Balanços patrimoniais	11
Demonstração dos resultados	13
Demonstração dos resultados abrangentes	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	17

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Relatório da Administração

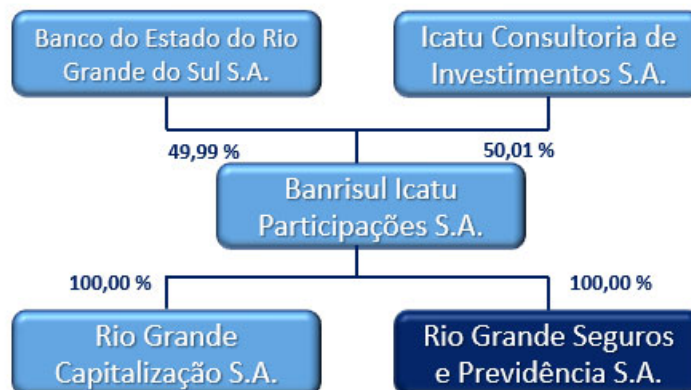
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Consultoria de Investimento S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto, a negociação única e exclusiva de seguros de vida e previdência, através do canal bancário de vendas do Banrisul.

Nessas Demonstrações, a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é tratada pelo termo “Companhia”.

2. Pandemia de COVID-19

Em 2022, os efeitos da virose mantêm-se em níveis controláveis, sem merecer destaques em nosso relatório atual.

3. Desempenho nas Operações de Seguros e Previdência complementar aberta

A Companhia teve um primeiro semestre de recuperação no segmento de Vida, com o arrefecimento da pandemia. Apesar da economia no país e no mundo não apresentar um bom momento, a Companhia vem crescendo, como podemos verificar a seguir:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

3.1. Operação e Patrimônio

Durante o primeiro semestre de 2022, os prêmios emitidos foram de R\$ 348.544 (R\$ 332.495, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 4,8%.

Os sinistros ocorridos foram de R\$ 83.512 (R\$ 91.178, no mesmo período do ano anterior), que representa uma sinistralidade de 24,7% no primeiro semestre de 2022 e de 28,4% no mesmo período do ano anterior.

Os custos de aquisição foram de R\$ 113.201 (R\$ 115.332, no mesmo período do ano anterior), que representa um decréscimo de 1,8. O índice de comissionamento ficou em 33,5% no primeiro semestre de 2022, contra 36,0% no mesmo período do ano anterior, sem alteração expressiva.

A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência, no primeiro semestre de 2022 foi de R\$ 406.979 (R\$ 353.327 no mesmo período do ano anterior).

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar, no primeiro semestre de 2022, alcançou R\$ 131.735 (R\$ 105.952, no mesmo período do semestre anterior).

Em 30 de junho de 2022, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 3.282.711 (R\$ 2.813.667 em 31 de dezembro de 2021), representando um aumento de 16,7%. O patrimônio líquido, em 30 de junho de 2022, atingiu o montante de R\$ 133.449 (R\$ 158.489 em 31 de dezembro de 2021). Foram declarados R\$ 66.411 em dividendos, no semestre.

3.2. Despesas Administrativas, Resultado Financeiro e Solvência

No primeiro semestre de 2022, as despesas administrativas foram de R\$ 66.735 (R\$ 62.700, no mesmo período do ano anterior), sendo 7,3% da receita bruta (7,7%, no mesmo período do ano anterior).

Em 30 de junho de 2022, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 17.793 (R\$ 5.719, no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 211,1%. O resultado financeiro foi impactado pela economia, como descrito na nota explicativa 1.1.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 94.599 em 30 de junho de 2022, representando 137% de suficiência de capital.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

No primeiro semestre de 2022, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou R\$ 50.011 (R\$ 58.000, no mesmo período do ano anterior) em pagamentos de dividendos, R\$ 61.753 (R\$ 58.671, no mesmo período do ano anterior) pagos à serviços de parceiros terceirizados, R\$ 14.414 (R\$ 13.780, no mesmo período do ano anterior) em tributos indiretos e R\$ 28.142 (R\$ 15.667, no mesmo período do exercício anterior) em tributos diretos.

Em 27 de junho de 2022, foi emitida a Circular SUSEP nº 666, que passou a valer a partir de 01 de agosto de 2022, com prazos diferenciados de adequação que vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia foi iniciado e está em fase de diagnóstico.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de agosto de 2022.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de seguros e de previdência

Veja Notas 3.15, 3.16, 17 e 18 das demonstrações financeiras intermediárias.

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.15, 3.16, 17 e 18 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de seguros e de previdência privada: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e Provisão Complementar de Cobertura ("PCC"), sendo esta última constituída, quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado pelo teste de adequação de passivos.

Tais provisões técnicas, bem como o teste de adequação de passivos, efetuados com base em métodos estatísticos e atuariais, requerem julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder ("PMBaC"), da Provisão de Sinistros ou Eventos Ocorridos mas não Avisados ("IBNR"), da Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos ("PPNG – RVNE") e do teste de adequação dos passivos.

- conciliação dos registros analíticos suporte a PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE com os respectivos saldos contábeis.

- teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PMBaC, IBNR e PPNG – RVNE, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos certificados, avisos de sinistros e apólices, respectivamente.

- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial: (i) efetuamos, com base em amostragem, recálculo da PMBaC de acordo com as condições contratuais, incluindo atualização monetária; e (ii) avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como expectativa de sinistros, longevidade, persistência, experiência histórica de pagamento de sinistros, estimativas de fluxos de provisões técnicas, projeções de prêmios e taxas de juros, utilizadas na mensuração da IBNR, PPNG – RVNE e no teste de adequação dos passivos, bem como efetuamos recálculo independente das referidas provisões técnicas e do teste de adequação dos passivos partindo das bases de dados operacionais da Companhia.

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.

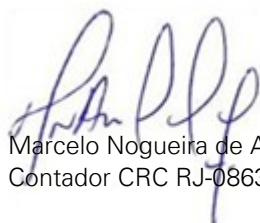
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Balancos patrimoniais

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro 2021

(Em milhares de Reais)

		30/06/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE		3.146.648	2.681.436
Disponível		6.795	30.694
Caixa e bancos		3.438	4.043
Equivalente de caixa	Nota 5	3.357	26.651
Aplicações	Nota 5	3.020.285	2.500.620
Créditos das operações com seguros e resseguros		48.609	45.796
Prêmios a receber	Nota 6	28.246	26.862
Operações com seguradoras	Nota 7	7.914	9.487
Operações com resseguradoras	Nota 8	12.449	9.447
Créditos das operações com previdência complementar		66	70
Outros créditos operacionais	Nota 9	29.253	60.775
Ativos de resseguro	Nota 10	7.691	9.389
Títulos e créditos a receber		2.902	2.382
Títulos e créditos a receber		1.913	1.393
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	989	989
Custos de aquisição diferidos		31.047	31.710
Seguros	Nota 17	31.011	31.676
Previdência	Nota 18	36	34
ATIVO NÃO CIRCULANTE		136.063	132.231
Realizável a longo prazo		135.736	131.997
Aplicações	Nota 5	79.360	76.842
Ativos de resseguro	Nota 10	3.523	3.347
Títulos e créditos a receber		21.823	19.845
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	9.747	8.938
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 22.4	12.076	10.907
Outros bens e valores		122	448
Ativos de direito de uso	Nota 20	122	448
Custos de aquisição diferidos		30.908	31.515
Seguros	Nota 17	30.848	31.439
Previdência	Nota 18	60	76
Imobilizado		307	231
Intangível		20	3
TOTAL DO ATIVO		3.282.711	2.813.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Balancos patrimoniais

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro 2021

(Em milhares de Reais)

		30/06/2022	31/12/2021
PASSIVO			
CIRCULANTE		864.599	794.123
Contas a pagar		38.694	68.501
Obrigações a pagar	Nota 12	29.548	61.275
Impostos e encargos sociais a recolher		2.158	1.974
Impostos e contribuições	Nota 13	6.988	5.252
Débitos de operações com seguros e resseguros		35.020	40.553
Operações com seguradoras		2.457	4.338
Operações com resseguradoras	Nota 14	3.094	6.301
Corretores de seguros e resseguros	Nota 15	29.469	29.914
Outros débitos		139	682
Passivo de arrendamento	Nota 20	139	682
Débitos de operações com previdência complementar		140	155
Depósitos de terceiros	Nota 16	453	1.435
Provisões técnicas - seguros	Nota 17	743.809	640.701
Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 18	46.344	42.096
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.284.663	1.861.055
Contas a pagar		9.556	8.762
Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 22.3	9.556	8.762
Provisões técnicas - seguros	Nota 17	2.121.454	1.712.912
Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 18	153.082	138.989
Outros débitos - provisões judiciais		571	392
Provisões judiciais	Nota 22.2	571	392
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 23	133.449	158.489
Capital social		72.188	72.188
Reservas de lucros		22.188	88.599
Ajustes de avaliação patrimonial		(3.001)	(2.298)
Lucros líquido do semestre		42.074	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.282.711	2.813.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Demonstração dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2022	30/06/2021
Prêmios emitidos		348.544	332.495
Contribuições para cobertura de riscos		1.011	627
Variação das provisões técnicas		(11.840)	(12.481)
Prêmios ganhos	Nota 25 e 26.1	337.715	320.641
Sinistros ocorridos	Nota 26.2	(83.512)	(91.178)
Custos de aquisição	Nota 26.3	(113.201)	(115.332)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 26.4	(14.171)	(11.797)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS		126.831	102.334
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGUROS	Nota 26.5	1.531	3.678
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		558.041	478.845
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(415.568)	(359.809)
Receita de contribuições e prêmios de VGBL	Nota 26.6	142.473	119.036
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		8.226	5.554
Variação de outras provisões técnicas	Nota 26.7	(142.694)	(118.848)
Custo de aquisição		(3.153)	(2.180)
Outras receitas (despesas) operacionais		52	56
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA		4.904	3.618
Despesas administrativas	Nota 26.8	(66.735)	(62.700)
Despesas com tributos	Nota 26.9	(14.826)	(14.058)
Resultado financeiro	Nota 26.10	17.793	5.719
RESULTADO OPERACIONAL		69.498	38.591
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		306	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		69.804	38.591
Imposto de renda	Nota 27	(17.212)	(9.591)
Contribuição social	Nota 27	(10.518)	(5.798)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		42.074	23.202
Quantidade de ações		2.091	2.091
Lucro líquido do semestre por ação		20,12	11,10

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.**Demonstração dos resultados abrangentes**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	42.074	23.202
Ativos financeiros disponíveis para venda	(703)	(1.580)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.171)	(2.634)
Imposto sobre o ganho/perda originado(a) no semestre	468	1.054
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	41.371	21.622

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Dividendo adicional proposto				
Saldos em 01 de janeiro de 2021	72.188	14.438	109.422	-	2.009	-	198.057	
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(1.580)	-	(1.580)	
Dividendos declarados e pagos - AGE 25/02/2021	-	-	(28.847)	-	-	-	(28.847)	
Dividendos declarados e pagos - AGE 29/03/2021	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	23.202	23.202	
Saldos em 30 de junho de 2021	72.188	14.438	80.575	-	429	5.202	172.832	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	72.188	14.438	57.761	16.400	(2.298)	-	158.489	
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(703)	-	(703)	
Dividendos declarados e pagos - AGE 09/03/2022	-	-	(11)	(16.400)	-	-	(16.411)	
Dividendos declarados e pagos - AGE 20/07/2022	-	-	(50.000)	-	-	-	(50.000)	
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	42.074	42.074	
Saldos em 30 de junho de 2022	72.188	14.438	7.750	-	(3.001)	42.074	133.449	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	42.074	23.202
Ajustes para:	829.986	644.160
Depreciação e amortizações	233	231
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	(306)	-
Despesas de juros	1	-
Varição das provisões técnicas - seguros	771.337	596.974
Varição das provisões técnicas - previdência	29.366	18.136
Varição de impostos sobre o lucro	29.355	28.819
Varição nas contas patrimoniais		
Aplicações	(523.354)	(376.002)
Débitos/créditos das operações com seguros e resseguros	(8.346)	(646)
Débitos/créditos das operações com previdência complementar	(11)	(16)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.522	(1.136)
Créditos tributários e previdenciários	-	(758)
Ativo fiscal diferido	(809)	(1.684)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.169)	(502)
Custos de aquisição diferidos	1.270	5.368
Outros ativos	31.426	(15.335)
Outras contas a pagar	753	2.061
Juros pagos	4	-
Depósitos de terceiros	(982)	(313)
Provisões técnicas - seguros	(259.687)	(185.262)
Provisões técnicas - previdência complementar	(11.025)	(9.778)
Outros débitos - provisões judiciais	(364)	379
Caixa gerado pelas operações	101.288	83.738
Imposto sobre o lucro pagos	(27.619)	(30.349)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	73.669	53.389
Atividades de investimentos		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(100)	(10)
Intangível	(18)	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(118)	(10)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(97.997)	(58.000)
Pagamento de passivo por arrendamento	547	-
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(97.450)	(58.000)
Redução líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(23.899)	(4.621)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	30.694	27.318
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	6.795	22.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Consultoria de Investimento S.A.

1.1. Contexto macroeconômico

Em 2022, os registros de morte mantêm-se em patamar inferior ao registrado nos dois anos anteriores e os governos, nas esferas federal, estadual e municipal, vêm relaxando as restrições sanitárias, em decorrência dos avanços na campanha de vacinação.

Dados da SUSEP indicam que a sinistralidade do mercado de vida em grupo e vida individual caiu de 96,8% em junho de 2021 para 47,9% em junho de 2022. Os Sinistros Ocorridos da Companhia, no primeiro semestre de 2022, foram de R\$ 83.512, sendo no mesmo período do ano passado R\$ 91.178, representando uma redução de 8,41% e uma sinistralidade de 24,7%. Nos Sinistros Ocorridos de 2021 estão contidos R\$ 36.514 de sinistros referentes a casos de COVID-19, e desconsiderando-os, a sinistralidade seria de 17,0%.

A economia ainda não se recuperou, mas o contexto macroeconômico não é mais afetado única e exclusivamente pela pandemia, dados novos fatores externos como a guerra na Ucrânia, por exemplo. Nesse contexto, foi observado aumento nas taxas de juros de curto e longo prazos, impactando negativamente o valor dos títulos de renda fixa com componente pré-fixado e positivamente os pós-fixados, assim como na inflação, impactando positivamente os títulos indexados a índices de inflação.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2022.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa (Notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (Notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (Notas 3.4.2 e 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.15, 17 e 18).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguros, além das comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do semestre.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando as decisões de compra e venda são baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado são àqueles mantidos para negociação com mensuração baseada no preço de mercado dos ativos e suas variações são reconhecidas imediatamente no resultado do período.

Com relação aos instrumentos financeiros derivativos, todas as operações são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas decorrentes desses derivativos não proporcionam qualquer impacto no resultado ou patrimônio líquido da mencionada Companhia, em virtude de serem refletidos em igual montante nas provisões técnicas de previdência.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros “disponíveis para a venda” são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis”.

3.4.3. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas “Crédito das operações”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber”, com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se aplicável. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano. O período e o método de depreciação para os ativos imobilizados são revisados, no mínimo, ao final de cada semestre. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de depreciação, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”.

Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos depreciação) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, no resultado do período.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil média de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre cinco e vinte anos (5% a 20% ao ano). Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas administrativas”, no resultado.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica “Ganhos ou perdas do ativo não correntes”.

3.9. Redução ao valor recuperável

3.9.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis (prêmios a receber de segurados) é calculada para os ramos de vida, baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Esse estudo é revisado, no mínimo, semestralmente.

3.9.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

3.10. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.10.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.10.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL) e Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente. Esta constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas Provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais” no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Quando necessário o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma o que valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, o tribunal e a região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP)

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios. Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações como uma redução do Patrimônio Líquido.

3.13. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados nas notas 3.6 e 20.

3.14. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

3.15. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CNSP, SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

3.15.1. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

3.15.2. Provisões de Benefícios Concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.15.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidas e ainda não pagas, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados.
- e, os ajustes de IBNER judicial calculado conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

3.15.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ou eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

- (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulos de *run off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cauda calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisitados, minimamente, semestralmente.
- (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão.

- (III) A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não citados. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais, que nada mais é do que os sinistros ocorridos e não citados.

3.15.5. Provisão de Prêmios não Ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método pro rata die, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios.

A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira. Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run off* é utilizado, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.

Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas “n” emissões de cada apólice. Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

3.15.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

3.15.7. Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, as devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações.

3.15.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (*ABC, Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada, relacionando-os com o valor da despesa acordada contratualmente entre as seguradoras pela prestação de serviços.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

3.15.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.16.

3.16. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2021-m e BR-EMSsb-V.2021-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes em junho/2022. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do semestre.

3.18. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

3.18.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme a isenção temporária do CPC 11 – Contratos de Seguros (artigo 20A e 20K). A Companhia realizou o teste requerido pelo a isenção temporária e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

3.18.2. CPC 50 – Contratos de seguros

A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguros. A nova norma estabelece três modelos para mensuração dos contratos de seguros, que devem ser agrupados por similaridades de riscos e safras de emissão. Como passo subsequente, deve ser avaliada a existência de contratos onerosos e quando identificados, ser reconhecida sua perda de forma imediata no resultado. Após estes passos, a Companhia optará, de acordo com os requisitos da norma, o modelo de mensuração, sendo eles: (i) modelo geral de mensuração (“*BBA – Business Block Approach*”); (ii) modelo de taxa variável (“*VFA – Variable Fee Approach*”); (iii) abordagem de alocação de prêmio (“*PPA – Premium Allocation Approach*”). Os modelos (i) e (ii) são mais complexos e consideram os fluxos de caixa contratuais ajustados. Tais modelos são aplicáveis para contratos de mais longo prazo, tais como contratos de vida e previdência. O modelo (iii) é um modelo simplificado, similar aos modelos atuais de contabilização de contratos de seguros, aplicável para contratos não onerosos e de até 12 meses. A norma passa a vigorar em 1 de janeiro de 2023.

O Grupo Icatu iniciou o Programa de Implementação dessa norma com frentes integradas de trabalho envolvendo as áreas de Tecnologia, Dados, Contabilidade e Atuarial. Os possíveis impactos de mensuração de seus contratos, decorrentes desta implementação serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos (EGR) interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A EGR do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CSNP nº 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de subscrição.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor da unidade de gestão de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor da unidade de gestão de riscos organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em quatro etapas, sendo elas identificação e revisão, mensuração, tratamento e monitoramento de tais riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no inventário de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no inventário, a Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades de negócio responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio da Companhia estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

1. **Corpo Administrativo:** composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.
2. **Gestão:** composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linha, conforme melhor explicado abaixo:
 - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
 - A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Auditoria Interna: é considerada a terceira linha e tem a responsabilidade de atuar na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações num horizonte de um ano para os Capitais Regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), utilizando-se cenários base e de *stress*, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de *stress*.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a EGR descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. É o risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em investimentos de alto risco e investimentos de baixo risco, conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 30 de junho de 2022, R\$ 285.696, correspondentes a 96,14% (R\$ 264.924 correspondentes a 77,43% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 10.620 (R\$ 75.117 em 31 de dezembro de 2021).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 2.805.842 (R\$ 2.263.307 em 31 de dezembro de 2021).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 844 em 30 de junho de 2022 (R\$ 765 em 31 de dezembro de 2021). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

4.1.1.1.2 Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, o Grupo Icatu adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua política de resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês da Companhia, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperável de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 30 de junho de 2022:

Tipo Ressegurador	Rating	30/06/2022		31/12/2021	
		Exposição (R\$)	Exposição (%)	Exposição (R\$)	Exposição (%)
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	-	0,00%	14	0,06%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	1.175	4,97%	2.802	12,63%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	9	0,04%	-	0,00%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	1.812	7,66%	-	0,00%
Local	AA- pela Standard & Poor's	15.853	66,99%	13.789	62,16%
Local	A- pela A. M. Best Company	4.204	17,76%	5.105	23,01%
Local	B++ pela A. M. Best Company	611	2,58%	473	2,14%
Total		23.664	100,00%	22.183	100,00%

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a unidade de gestão de riscos, e revista anualmente. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico.

Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas para a Companhia:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.
- O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

Fatores de Risco	30/06/2022				31/12/2021			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	-	0,95	-	(15)	-	0,88	-	2
Taxa referencial	-	0,95	-	-	-	0,90	-	-
IGPM	-	0,95	-	-	-	0,98	-	-
IPCA	(15)	0,95	1.237	108.825	(19)	0,99	1.478	104.645
Ações	-	0,95	-	-	-	0,96	-	-

4.1.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ser responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (ALM - *Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de seguros e previdência detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

30/06/2022

Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	3.438	-	-	3.438
Equivalente de caixa	3.357	-	-	3.357
Aplicações financeiras	756.763	473.797	1.869.085	3.099.645
Crédito das operações de seguros e previdência	77.928	-	-	77.928
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7.691	1.484	2.039	11.214
Títulos e créditos a receber	1.913	12.076	-	13.989
Total de ativos	851.090	487.357	1.871.124	3.209.571
Contas a pagar	38.694	9.556	-	48.250
Provisões técnicas	790.153	833.470	1.441.066	3.064.689
Débito das operações	35.160	-	-	35.160
Depósitos de terceiros	453	-	-	453
Total de passivos	864.460	843.026	1.441.066	3.148.552

31/12/2021

Ativos e passivos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	4.043	-	-	4.043
Equivalente de caixa	26.651	-	-	26.651
Aplicações financeiras	753.805	302.814	1.520.843	2.577.462
Crédito das operações de seguros e previdência	106.641	-	-	106.641
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9.389	1.503	1.844	12.736
Títulos e créditos a receber	12.300	-	-	12.300
Total de ativos	912.829	304.317	1.522.687	2.739.833
Contas a pagar	68.501	8.762	-	77.263
Provisões técnicas	682.797	679.765	1.172.136	2.534.698
Débito das operações	40.708	-	-	40.708
Depósitos de terceiros	1.435	-	-	1.435
Total de passivos	771.323	679.765	1.172.136	2.654.104

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4 Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e *compliance*. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de probabilidade e graduação de impacto.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela unidade de gestão de riscos. O gestor dessa unidade reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma unidade conformidade, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócio, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5 Risco de subscrição

É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração da Companhia, formalizadas na política de subscrição de riscos e de resseguro. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e conseqüentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por ramo e por região da Companhia, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL/VGBL bruto de resseguro e líquido de resseguro no período:

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2022			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	30.615	90.050	120.665
Prestamista	-	148.440	148.440
Acidentes pessoais	8.605	40.233	48.838
Outros	9.416	10.356	19.772
Total seguros	48.636	289.079	337.715

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 30/06/2021			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	30.342	87.586	117.928
Prestamista	11.033	144.308	155.341
Acidentes pessoais	9.023	34.232	43.255
Outros	-	4.117	4.117
Total seguros	50.398	270.243	320.641

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2022			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	30.615	89.433	120.048
Prestamista	-	147.566	147.566
Acidentes pessoais	8.605	40.144	48.749
Outros	9.327	8.053	17.380
Total seguros	48.547	285.196	333.743

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 30/06/2021			
Ramo/região geográfica	Sudeste	Sul	Total
Vida em grupo	30.280	87.028	117.308
Prestamista	-	142.833	142.833
Acidentes pessoais	8.976	34.081	43.057
Outros	-	14.647	14.647
Total seguros	39.256	278.589	317.845

A distribuição de rendas de contribuições e prêmios de VGBL está concentrada na região Sul, totalizando R\$ 142.473 (R\$ 119.036 em 30/06/2021).

4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7 Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pela equipe de gestão de riscos e controles internos. Esses riscos são mapeados em conjunto com a administração da Companhia e, em seguida, avaliados e tratados conforme níveis de criticidade apurados.

5. Aplicações financeiras

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como Equivalentes de Caixa, que são àqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 3.357 (R\$ 26.651 em 31 de dezembro de 2021).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, em 30 de junho de 2022, é de R\$ 113.365 (R\$ 108.505 em 31 de dezembro 2021). Dessa forma, as perdas não realizadas, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 5.001, brutos de tributos e R\$ 3.001, líquidos de tributos (ganho de R\$ 3.830, brutos de tributos e R\$2.298, líquidos de tributos, em 31 de dezembro 2021).

5.1. Saldos de aplicações financeiras

A seguir, a composição dos instrumentos financeiros das indicadas, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado está no circulante e apenas os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os Equivalentes de Caixa estão em rubrica separada. Os instrumentos financeiros estão no não circulante:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

								30/06/2022						
		Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/Valor de mercado	Percentual contábil das Aplicações/Percentual de mercado das aplicações						
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:														
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos			682	-	-	-	682			0,02%				
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos - bloqueio judicial			211	-	-	-	211			0,01%				
Quotas de Fundos de investimento - exclusivos			86.737	639.918	1.923.632	340.101	2.990.388			96,37%				
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)			86.727	587.498	1.791.516	340.101	2.805.842			90,42%				
Letras financeiras do tesouro		SELIC	-	45.216	132.116	-	177.332			5,72%				
Operações compromissadas		SELIC	-	7.263	-	-	7.263			0,23%				
Outros			10	(59)	-	-	(49)			0,00%				
Total			87.630	639.918	1.923.632	340.101	2.991.281			96,40%				
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – equivalente de caixa:														
Operações compromissadas		SELIC	-	3.357	-	-	3.357			0,11%				
Total			-	3.357	-	-	3.357			0,11%				
III. Títulos disponíveis para venda:														
Quotas de fundos de investimento - exclusivos														
Nota do tesouro nacional – IPCA		IPCA+3,60%	-	29.215	79.149	-	108.364			3,49%				
Total			-	29.215	79.149	-	108.364			3,49%				
Total das aplicações financeiras			87.630	672.490	2.002.781	340.101	3.103.002			100,00%				
Circulante			87.419	672.490	1.923.632	340.101	3.023.642			97,45%				
Não Circulante			211	-	79.149	-	79.360			2,55%				

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

							31/12/2021	
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil/Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações/Percentual de mercado das aplicações	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:								
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos		646				646	0,02%	
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos - bloqueio judicial		200				200	0,01%	
Quotas de fundos de investimento - exclusivos		95.896	629.029	1.341.249	405.767	2.471.941	94,93%	
Quotas de fundos (PGBL/VGBL)		95.887	511.782	1.249.871	405.767	2.263.307	86,91%	
Letras financeiras do tesouro	SELIC	-	68.871	91.378	-	160.249	6,16%	
Operações compromissadas	SELIC	-	48.466	-	-	48.466	1,86%	
Outros		9	(90)	-	-	(81)	0,00%	
Total		96.742	629.029	1.341.249	405.767	2.472.787	94,96%	
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – equivalente de caixa:								
Operações compromissadas	SELIC		26.651			26.651	1,02%	
Total		-	26.651	-	-	26.651	1,02%	
III. Títulos disponíveis para venda:								
Quotas de fundos de investimento - exclusivos								
Nota do tesouro nacional - IPCA	IPCA+3,60%	-	28.033	76.642	-	104.675	4,02%	
Total		-	28.033	76.642	-	104.675	4,02%	
Total das aplicações financeiras		96.742	683.713	1.417.891	405.767	2.604.113	100,00%	
Circulante						2.527.271		
Não circulante						76.842		

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Movimentação por categorias de aplicações financeiras

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2021	1.702.525	80.894	1.783.419
(+) Aplicações	1.651.258	75.028	1.726.286
(-) Resgates	(941.509)	(58.039)	(999.548)
(+) Rendimentos	87.164	13.971	101.135
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(7.179)	(7.179)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	2.499.438	104.675	2.604.113
(+) Aplicações	838.649	-	838.649
(-) Resgates	(485.885)	(3.014)	(488.899)
(+) Rendimentos	142.436	7.874	150.310
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(1.171)	(1.171)
Saldo final em 30 de junho de 2022	2.994.638	108.364	3.103.002

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	2.415.470	579.168	2.994.638
Ações de cias abertas	449	-	449
Opções	-	(200)	(200)
Futuros	(115)	(254)	(369)
Letras financeiras do tesouro	1.563.186	-	1.563.186
Notas do tesouro nacional	266.976	-	266.976
Letras do tesouro nacional	162.415	41.489	203.904
Debêntures de distribuição pública	-	251.926	251.926
Operações compromissadas	422.559	-	422.559
Letras financeiras	-	166.992	166.992
Certificados de depósito bancário	-	6.052	6.052
Fundos de investimento não exclusivos	-	682	682
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	88.292	88.292
Certificados de recebíveis imobiliários	-	27.892	27.892
Outras aplicações	-	(3.914)	(3.914)
Quotas de fundos de investimento- não exclusivos - bloqueio judicial	-	211	211
II. Títulos disponíveis para venda:	108.364	-	108.364
Notas do tesouro nacional	108.364	-	108.364
Total (I + II)	2.523.834	579.168	3.103.002

	31/12/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	2.058.193	441.245	2.499.438
Ações de cias abertas	42	-	42
Letras financeiras do tesouro	1.297.068	-	1.297.068
Notas do tesouro nacional	255.179	2.539	257.718
Letras do tesouro nacional	151.632	-	151.632
Debêntures de distribuição pública	-	243.875	243.875
Operações compromissadas	354.272	-	354.272
Letras financeiras	-	90.268	90.268
Certificados de depósito bancário	-	7.966	7.966
Fundos de investimento não exclusivos	-	646	646
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	96.418	96.418
Notas promissórias	-	1.935	1.935
Outras aplicações	-	(2.602)	(2.602)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos - bloqueio judicial	-	200	200
II. Títulos disponíveis para venda:	104.675	-	104.675
Notas do tesouro nacional	104.675	-	104.675
Total (I + II)	2.162.868	441.245	2.604.113

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Prêmios a receber
6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Prestamista	9.126	9.643
Auxílio funeral	153	130
Acidentes pessoais coletivo	10.752	5.868
Vida em grupo	8.294	11.078
Outros	31	214
Total de prêmios a receber bruto	28.356	26.933
Provisão para redução ao valor recuperável	(110)	(71)
Total de prêmios a receber	28.246	26.862

6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, está demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial	26.933	37.267
(+) Prêmios emitidos	355.608	702.212
(+) IOF	2.586	3.327
(-) Prêmios cancelados	(7.064)	(7.385)
(-) Recebimentos	(349.707)	(708.488)
Prêmios a receber bruto	28.356	26.933
Saldo inicial	(71)	(49)
(-) Constituição	(570)	(674)
(+) Reversão	531	652
Provisão para redução ao valor recuperável	(110)	(71)
Prêmios a receber líquidos	28.246	26.862

6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022		
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
A vencer			
De 1 até 30 dias	28.214	(11)	28.203
Vencidos			
1 até 30 dias	46	(9)	37
31 até 60 dias	11	(5)	6
61 até 120 dias	13	(13)	-
121 até 180 dias	15	(15)	-
181 até 365 dias	25	(25)	-
mais de 365 dias	32	(32)	-
Total	28.356	(110)	28.246

7. Crédito das operações – operações com seguradoras

As posições referentes as operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cosseguros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão demonstrados a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Prêmios de cosseguro aceito	7.972	9.545
Redução ao valor recuperável	(58)	(58)
Total	7.914	9.487

8. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Sinistros pagos a recuperar	12.625	9.465
Outros créditos a recuperar	11	11
Redução ao valor recuperável	(187)	(29)
Total	12.449	9.447

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros créditos operacionais

Essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$ 29.253 (R\$ 60.775 em 31 de dezembro 2021). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

10. Ativos de resseguro

São as provisões técnicas referentes aos contratos de resseguro feitos pela Companhia para mitigar seus riscos, como a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Provisão de prêmios não ganhos	889	2.613
Sinistros a liquidar	4.748	5.425
Sinistros ocorridos não avisados	2.041	1.338
Provisão matemática benefícios concedidos	13	13
Total circulante	7.691	9.389
Sinistros a liquidar	2.102	2.168
Sinistros ocorridos não avisados	1.285	1.043
Provisão matemática benefícios concedidos	136	136
Total não circulante	3.523	3.347
Total	11.214	12.736

11. Créditos tributários e previdenciários

11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a Recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo Circulante	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda	164	164
Demais impostos	825	825
Total de créditos fiscais	989	989

11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 – Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2022
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido	1.743	7.353	(6.267)	2.829
Diferenças temporárias	786	794	(2)	1.578
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	957	6.559	(6.265)	1.251
Contribuição social diferida	1.046	4.412	(3.761)	1.697
Diferenças temporárias	471	477	(1)	947
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	575	3.935	(3.760)	750
PIS e COFINS diferidos	6.149	226	(1.154)	5.221
PIS e COFINS diferidos	6.149	226	(1.154)	5.221
Total de créditos fiscais diferidos	8.938	11.991	(11.182)	9.747
Total de débitos fiscais diferidos	-	-	-	-
Total de créditos e débitos diferidos	8.938	11.991	(11.182)	9.747

	01/01/2021	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Ativo não circulante				
Imposto de renda diferido	1.877	4.856	(4.990)	1.743
Diferenças temporárias	1.877	1.083	(2.174)	786
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	3.773	(2.816)	957
Contribuição social diferida	1.126	2.872	(2.952)	1.046
Diferenças temporárias	1.126	649	(1.304)	471
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	2.223	(1.648)	575
PIS e COFINS diferidos	-	6.808	(659)	6.149
PIS e COFINS diferidos	-	6.808	(659)	6.149
Total de créditos fiscais diferidos	3.003	14.536	(8.601)	8.938
Passivo não circulante				
Imposto de renda diferido	837	3.025	(3.862)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	837	3.025	(3.862)	-
Contribuição social diferido	502	1.815	(2.317)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	502	1.815	(2.317)	-
Total de débitos fiscais diferidos	1.339	4.840	(6.179)	-
Total de créditos e débitos diferidos	1.664	9.696	(2.422)	8.938

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Em 28 de abril de 2022 foi publicada a MP nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 16% a partir de 1º de agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2022 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças Temporárias - 2022 a 2031		
2022	1.737	0%
2023	177	7%
2024	177	7%
2025	202	8%
2026	202	8%
2027	227	9%
2028 a 2031	1.540	61%
Total geral	2.525	100%

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda/Contribuição social		
Provisão p/ contingências fiscais	64	58
Outras provisões	909	597
Fundo de marketing	3.824	2.259
PIS COFINS diferido	(5.221)	(6.149)
Atualização depósito judicial	(2.820)	(2.384)
COFINS exigibilidade suspensa	8.221	7.537
PIS exigibilidade suspensa	1.336	1.225
Total das provisões temporárias	6.313	3.143
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	1.578	786
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	947	471
Total	2.525	1.257

12. Obrigações a pagar

Obrigações a pagar classificadas no passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e está composto da seguinte forma:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022	31/12/2021
Fornecedores	40	114
Dividendos a pagar	-	31.587
Pagamentos a realizar	15.944	17.590
Provisão fundo de marketing	3.824	2.259
Prestação de serviços compartilhados	9.713	9.405
Outras contas a pagar	27	320
Total	29.548	61.275

13. Impostos e contribuições

São os impostos e contribuições apurados e lançados, para pagamentos de curtíssimo prazo:

	30/06/2022	31/12/2021
IR	2.794	1.532
CSLL	1.843	1.726
COFINS	2.022	1.715
PIS	329	279
Total	6.988	5.252

14. Débito das operações – operações com resseguradoras

São prêmios a pagar aos resseguradores, relativos aos contratos de seguros feitos pela Companhia com o intuito de mitigar os riscos em seus contratos de seguros, com as seguintes posições:

	30/06/2022	31/12/2021
Prêmios de resseguro cedido a pagar	3.351	6.558
Comissão de resseguro a recuperar	(257)	(257)
Total	3.094	6.301

15. Débito das operações – corretores de seguros e resseguros

São comissões a pagar e pró-labores à corretores pelos contratos de seguros, os ressarcimentos às congêneres nos contratos de cosseguros aceitos e as estimativas referentes aos contratos já vigentes, porém ainda não emitidos, como a seguir:

	30/06/2022	31/12/2021
Comissões riscos emitidos diretos	16.271	16.608
Comissões RVNE	8.138	8.281
Comissões cosseguro aceito	3.817	3.707
Comissão cosseguro aceito RVNE	549	576
Pró-labore	694	742
Total corretores de seguros e resseguros	29.469	29.914

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Depósitos de terceiros

São prêmios e contribuições pagos pelos segurados e participantes, arrecadados pela Companhia, cujas apólices e certificados encontram-se em processo de emissão, e as parcelas de prêmios recebidas encontram-se em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

A idade dos depósitos de terceiros está distribuída da seguinte forma:

	30/06/2022	31/12/2021
1 até 30 dias	181	1.344
31 até 60 dias	16	15
61 até 120 dias	38	16
121 até 180 dias	63	4
181 até 365 dias	98	8
Acima de 365 dias	57	48
Total	453	1.435

17. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As Provisões técnicas referentes aos contratos de seguros emitidos pela Companhia, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas - Seguros	30/06/2022			31/12/2021		
	Pessoas	Sobrevivência	Total	Pessoas	Sobrevivência	Total
Circulante						
Prêmios não ganhos	46.135	-	46.135	42.529	-	42.529
Prêmios não ganhos - RVNE	12.610	-	12.610	12.322	-	12.322
Sinistros a liquidar administrativo	39.660	-	39.660	61.106	-	61.106
Sinistros a liquidar judicial	7.637	-	7.637	6.472	-	6.472
Sinistros ocorridos mas não avisados	31.399	-	31.399	27.562	-	27.562
Benefícios a conceder	-	602.163	602.163	-	481.455	481.455
Benefícios concedidos	-	126	126	-	118	118
Resgates e/ou outros valores a regularizar	-	3.033	3.033	-	7.946	7.946
Provisão para despesas relacionadas	1.046	-	1.046	1.191	-	1.191
Total	138.487	605.322	743.809	151.182	489.519	640.701
Não circulante						
Prêmios não ganhos	69.994	-	69.994	62.048	-	62.048
Sinistros a liquidar administrativo	2.792	-	2.792	4.385	-	4.385
Sinistros a liquidar judicial	7.019	-	7.019	7.519	-	7.519
Excedente técnico	79	-	79	79	-	79
Sinistros ocorridos mas não avisados	23.767	-	23.767	25.185	-	25.185
Benefícios a conceder	-	2.015.937	2.015.937	-	1.611.827	1.611.827
Benefícios concedidos	-	1.365	1.365	-	1.340	1.340
Provisão para despesas relacionadas	499	2	501	527	2	529
Total	104.150	2.017.304	2.121.454	99.743	1.613.169	1.712.912
Total geral	242.637	2.622.626	2.865.263	250.925	2.102.688	2.353.613

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das provisões técnicas - seguros e custo de aquisição diferidos de seguros é a seguinte:

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2021	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2022
Prêmios não ganhos	104.577	20.243	(8.691)	-	116.129
Prêmios não ganhos - RVNE	12.322	3.667	(3.379)	-	12.610
Benefícios a conceder	2.093.282	570.343	(166.878)	121.353	2.618.100
Benefícios concedidos	1.458	8	(62)	87	1.491
Sinistro a liquidar	79.482	619.272	(642.601)	955	57.108
Sinistros ocorridos mas não avisados	52.747	156.755	(154.336)	-	55.166
Resgates e/ou outros valores a regularizar	7.946	18.929	(23.842)	-	3.033
Excedente técnico	79	9	(9)	-	79
Provisão de despesas relacionadas	1.720	557	(730)	-	1.547
Total	2.353.613	1.389.783	(1.000.528)	122.395	2.865.263

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 01/01/2021	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Prêmios não ganhos	58.586	61.749	(15.758)	-	104.577
Prêmios não ganhos - RVNE	14.857	6.413	(8.948)	-	12.322
Benefícios a conceder	1.320.571	1.076.436	(375.990)	72.265	2.093.282
Benefícios concedidos	1.456	13	(159)	148	1.458
Sinistro a liquidar	62.252	1.675.545	(1.660.895)	2.580	79.482
Sinistros ocorridos mas não avisados	52.197	320.127	(319.577)	-	52.747
Resgates e/ou outros valores a regularizar	3.413	42.133	(37.600)	-	7.946
Excedente técnico	74	66	(61)	-	79
Provisão de despesas relacionadas	1.697	3.361	(3.338)	-	1.720
Total	1.515.103	3.185.843	(2.422.326)	74.993	2.353.613

17.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado.

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade da premissa de sinistralidade, o *stress* de 10 % mostrou-se suficiente para cobertura das oscilações baseadas na experiência observada.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Coberturas de Risco:		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		30/06/2022		31/12/2021	
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Sinistralidade	Aumento de 10% de sinistralidade	8.325	7.812	10.367	9.802
Sinistralidade	Redução de 10% na sinistralidade	(8.325)	(7.812)	(10.367)	(9.802)

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas - previdência e os custos de aquisição diferidos estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas	30/06/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não ganhos	112	-	112	103	-	103
Benefícios a conceder	43.181	144.561	187.742	39.106	130.920	170.026
Benefícios concedidos	1.194	8.501	9.695	1.129	8.049	9.178
Sinistros a liquidar administrativo	601	-	601	609	-	609
Sinistros a liquidar judicial	250	-	250	264	-	264
Eventos ocorridos mas não avisados	834	-	834	707	-	707
Provisão de despesas relacionadas	3	20	23	2	20	22
Resgates e/ou outros valores a regularizar	169	-	169	176	-	176
Total	46.344	153.082	199.426	42.096	138.989	181.085

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos de Previdência Complementar estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas	31/12/2021	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	30/06/2022
Prêmios não ganhos	103	64	(55)	-	112
Benefícios a conceder	170.026	25.161	(16.621)	9.176	187.742
Benefícios concedidos	9.178	281	(616)	852	9.695
Sinistro a liquidar	873	2.882	(2.925)	21	851
Sinistros ocorridos mas não avisados	707	165	(38)	-	834
Resgates e/ou outros valores a regularizar	176	2.155	(2.162)	-	169
Provisão de despesas relacionadas	22	1	-	-	23
Provisão complementar de cobertura	-	-	-	-	-
Total	181.085	30.709	(22.417)	10.049	199.426

Provisões Técnicas	01/01/2021	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	31/12/2021
Prêmios não ganhos	82	85	(64)	-	103
Benefícios a conceder	150.988	40.698	(27.868)	6.208	170.026
Benefícios concedidos	7.726	1.405	(1.840)	1.887	9.178
Sinistro a liquidar	1.136	8.208	(8.513)	42	873
Sinistros ocorridos mas não avisados	510	237	(40)	-	707
Resgates e/ou outros valores a regularizar	127	2.451	(2.402)	-	176
Provisão de despesas relacionadas	13	18	(9)	-	22
Provisão complementar de cobertura	820	165	(985)	-	-
Total	161.402	53.267	(41.721)	8.137	181.085

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2021	Constituições	Amortizações	31/12/2021	Constituições	Amortizações	30/06/2022
Custo de aquisição diferido	98	27	(15)	110	3	(17)	96
Total	98	27	(15)	110	3	(17)	96
Circulante	22	12	-	34	3	(1)	36
Não circulante	76	15	(15)	76	-	(16)	60

18.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa mais do que o dobro da média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de *stress*. Com base em dados históricos, um *stress* de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.

O teste indicou impacto quanto ao aumento da Taxa de Juros, como a seguir:

Coberturas de Acumulação/Sobrevivência		Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2022	31/12/2021
Variável	Premissas	Bruto de Resseguro	Bruto de Resseguro
Taxa de Juros	Redução de 1% a.a. na Taxa de Desconto (ETTJ)	525	711

19. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros bruto de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	158.997	70.808	636.999
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.249	94.101	101.647	178.944	-	569.547
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.561	100.576	101.364	-	-	386.709
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	74.824	98.489	-	-	-	283.036
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	74.586	-	-	-	-	184.893
5+ anos após o aviso	6.434	47.530	56.745	-	-	-	-	-	110.709
6+ anos após o aviso	6.431	47.303	-	-	-	-	-	-	53.734
7+ anos após o aviso	6.431	-	-	-	-	-	-	-	6.431
Estimativa na data base (2022) (a)	6.431	47.303	56.745	74.586	98.489	101.364	178.944	70.808	634.670
Pagamentos efetuados (b)	6.419	46.275	55.892	72.393	88.755	96.881	168.488	41.608	576.711
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	12	1.028	853	2.193	9.734	4.483	10.456	29.200	57.959
Sinistros a Liquidar Total									57.959

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O desenvolvimento de sinistros líquido de resseguro está demonstrado a seguir:

	Ano de aviso do sinistro								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678	86.986	87.368	145.180	66.796	606.099
1 ano após o aviso	7.386	52.697	59.016	73.755	90.346	96.353	168.609	-	548.162
2 anos após o aviso	6.611	47.742	56.339	72.016	93.259	95.885	-	-	371.852
3 anos após o aviso	6.502	46.817	55.903	72.661	92.275	-	-	-	274.158
4 anos após o aviso	6.427	46.808	56.449	72.474	-	-	-	-	182.158
5+ anos após o aviso	6.420	47.349	56.239	-	-	-	-	-	110.008
6+ anos após o aviso	6.417	47.087	-	-	-	-	-	-	53.504
7+ anos após o aviso	6.418	-	-	-	-	-	-	-	6.418
Estimativa na data base (2022) (a)	6.418	47.087	56.239	72.474	92.275	95.885	168.609	66.796	605.783
Pagamentos efetuados (b)	6.405	46.162	55.386	70.967	85.756	91.664	158.952	39.382	554.674
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	13	925	853	1.507	6.519	4.221	9.657	27.414	51.109
Sinistros a liquidar total									51.109

20. Outros bens e valores – direito de uso

Os outros bens e valores são compostos pelos ativos e passivos de arrendamentos, que em sua grande maioria são contratos de direito de uso de aluguel, e a movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2021	Depreciação / Movimentação	30/06/2022
Ativo			
Não Circulante	448	(326)	122
Passivo			
Circulante	682	(543)	139

	30/06/2022	31/12/2021
Arrendamentos a pagar	140	687
Juros de arrendamento	(1)	(5)
Total de arrendamentos a pagar	139	682

21. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões técnicas - seguros e previdência:	3.064.689	2.534.698
Ajustes:		
Direito creditório	(12.913)	(12.633)
Custos de aquisição diferidos (redutores) (a)	(33.274)	(29.243)
Provisões técnicas - resseguros (redutores) (b)	(10.310)	(10.112)
Total a ser coberto	3.008.192	2.482.710
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	3.098.752	2.576.616
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	682	646
Total dos ativos vinculados	3.099.434	2.577.262
Equivalente de caixa	3.357	26.651
Ativos bloqueio judicial - não vinculado a cobertura de reserva	211	200
Total de aplicações	3.103.002	2.604.113
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	94.599	121.203

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 31.047 e Não Circulante R\$ 30.908, total R\$ 61.955 sendo redutores R\$ 33.274 e não redutores R\$ 28.681.

(b) Ativos de Resseguro – Provisões Técnicas: Circulante R\$ 7.691 e Não Circulante R\$ 3.523, total de R\$ 11.214 sendo redutores R\$ 10.310 e não redutores R\$ 903.

22. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

22.1. Provisão de sinistros a liquidar judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização (Notas 17 e 18). Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, apresentamos a posição dos sinistros judiciais a liquidar que estão ligados à contratos existentes:

	Causas Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios					
	30/06/2022			31/12/2021		
Probabilidade de Perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	54	5.998	5.998	46	5.246	5.246
Possível	127	14.304	-	124	12.691	-
Remoto	10	750	-	7	585	-
Total	191	21.052	5.998	177	18.522	5.246

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2. Outros débitos – provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante na rubrica “Outros Débitos” conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis – Não relacionados à sinistros/benefícios						
30/06/2022				31/12/2021		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	24	507	507	13	334	334
Possível	118	3.057	-	101	2.980	-
Remota	19	358	-	11	127	-
Total	161	3.922	507	125	3.441	334

Causas Fiscais						
30/06/2022				31/12/2021		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável	1	64	64	1	58	58
Possível	5	2.048	-	5	1.908	-
Total	6	2.112	64	6	1.966	58

Causas Trabalhistas						
30/06/2022				31/12/2021		
Probabilidade de perda	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Possível	-	-	-	1	187	-
Total	-	-	-	1	187	-
Total geral	-	-	571	-	-	392

22.3. Outras contas a pagar – obrigações fiscais

No grupo “Outras contas a pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022
COFINS	7.537	369	314	8.220
PIS	1.225	60	51	1.336
Total - obrigações fiscais	8.762	429	365	9.556

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021
COFINS	6.440	886	211	7.537
PIS	1.047	144	34	1.225
Total - obrigações fiscais	7.487	1.030	245	8.762

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.524	1.336	9.379	8.220	10.903	9.556
Total 30/06/2022	1.524	1.336	9.379	8.220	10.903	9.556

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.386	1.225	8.530	7.537	9.916	8.762
Total 31/12/2021	1.386	1.225	8.530	7.537	9.916	8.762

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.

22.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	30/06/2022	31/12/2021
Cíveis	1.132	952
Fiscais	10.944	9.955
Total depósitos judiciais	12.076	10.907

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	9.955	9.403
Adições	557	975
Atualização monetária	432	326
Baixa	-	(749)
Saldo final	10.944	9.955

23. Patrimônio líquido

23.1. Capital social

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital subscrito e integralizado de R\$ 72.188 é representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2022, as reservas de lucros de R\$ 22.188 (R\$ 88.599 em 31 de dezembro de 2021) são compostas por:

- (i) Reserva legal em 30 de junho de 2022 de R\$ 14.438 (R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2021) que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor,
- (ii) A Reserva estatutária, no valor de R\$ 7.750 em 30 de junho de 2022 (R\$ 57.761 em 31 de dezembro de 2021), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.
- (iii) Dividendo adicional proposto de R\$ 16.400 em 31 de dezembro de 2021.

23.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 30 de junho de 2022 era de uma perda de R\$ 3.001 (R\$ 2.298 em 31 de dezembro de 2021).

23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

23.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	133.449	158.489
Ajustes contábeis	(20.286)	(24.967)
Despesas Antecipadas	(2)	(3)
Ativos Intangíveis	(20)	(3)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(20.264)	(24.961)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	42.787	32.970
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	700	569
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	42.087	32.401
Subtotal PLA - nível	155.950	166.492
PLA Nível I	103.417	124.584
PLA Nível II	42.787	32.970
PLA Nível III	9.746	8.938
PLA (Total) = PL + Ajus. cont.+ Ajus. Econ. + Ajus. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)	155.950	166.492
Capital Base (CB) (a)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	4.686	8.087
Capital de Risco de Subscrição	105.549	102.668
Capital de Risco - Mercado	3.704	3.441
Capital de Risco - Redução por correlação	(4.966)	(6.313)
Capital de Risco - Operacional	4.987	5.108
Capital de Risco (CR) (b)	113.960	112.991
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	113.960	112.991
Patrimônio líquido ajustado	155.950	166.492
Suficiência de capital - R\$	41.990	53.501
Suficiência de capital (% da EC)	137%	147%

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se as transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Icatu Seguros S.A. (ligada) (a)	11.039	10.663	(6.275)	(8.044)	(28.683)	(32.310)	63.691	67.175
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) (e)	-	-	(1)	(1)	(3)	(2)	-	-
Icatu Assessoria S.A. (ligada) (b)	-	-	(8.028)	(8.099)	(48.691)	(46.829)	-	-
Banrisul Icatu Participações S.A (controladora) (d)	-	-	-	(31.586)	-	-	-	-
Rio Grande Capitalização S.A (ligada) (c)	6.742	6.687	-	-	(6.725)	(10.153)	-	1.100
Total	17.781	17.350	(14.304)	(47.730)	(84.102)	(89.294)	63.691	68.275

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;
- A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Despesas Operacionais";
- Valor referente a dividendos a pagar e JCP sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados.
- Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.

25. Principais ramos de atuação - seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	30/06/2022			30/06/2021		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
Vida em grupo	120.665	21,1%	31,8%	117.817	24,6%	31,7%
Prestamistas	148.440	32,1%	36,7%	143.122	35,7%	41,1%
Acidentes pessoais	48.838	7,6%	33,7%	43.210	5,1%	36,0%
Outros	19.772	33,8%	19,7%	16.492	54,0%	21,6%
Total	337.715			320.641		

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Detalhamento de contas da demonstração de resultado
26.1. Prêmios ganhos - seguros

	30/06/2022	30/06/2021
Prêmios emitidos direto	285.240	268.241
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	63.691	67.174
Prêmio riscos vigentes não emitidos	(387)	(2.920)
Receitas de contribuições planos repartição simples	792	385
Receitas de contribuições planos de renda	219	242
Varição das provisões técnicas	(11.840)	(12.481)
Total	337.715	320.641

26.2. Sinistros ocorridos - seguros

	30/06/2022	30/06/2021
Indenizações avisadas	(80.709)	(90.145)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(2.446)	(1)
Despesas com sinistros	140	(471)
Outras despesas com sinistros	(497)	(561)
Total	(83.512)	(91.178)

26.3. Custo de aquisição - seguros

	30/06/2022	30/06/2021
Comissões sobre prêmio emitido	(111.110)	(69.668)
Varição despesa de comercialização diferida	(1.215)	(5.498)
Outras despesas de comercialização	(876)	(40.166)
Total	(113.201)	(115.332)

26.4. Outras despesas operacionais - seguros

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas com cobrança	(3.736)	(3.478)
Reversão da provisão para contingências cíveis	(201)	(149)
Reversão de provisão para riscos de créditos	(40)	(4)
Outras despesas operacionais	(10.194)	(8.166)
Total	(14.171)	(11.797)

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.5. Resultado com operações de resseguro – seguros e previdência

	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de indenização - seguros	4.502	6.089
Recuperação de indenização de benefícios - previdência	131	385
Prêmio cedido em resseguro - seguros	(2.249)	(1.720)
Prêmio cedido em resseguro - previdência	1	(19)
Varição dos sinistros ocorridos - seguros	812	-
Varição das provisões técnicas - seguros	(1.689)	(1.057)
Varição das provisões técnicas - previdência	(35)	-
Outros resultados com operações de resseguro	58	-
Total	1.531	3.678

26.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL - previdência

	30/06/2022	30/06/2021
Prêmios emitidos	546.805	466.711
Receitas de contribuições planos	12.651	12.789
Restituições	(1.415)	(655)
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	558.041	478.845
PMBAC - planos de renda	(415.568)	(359.809)
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(415.568)	(359.809)
Total	142.473	119.036

26.7. Variação das outras provisões técnicas – previdência

	30/06/2022	30/06/2021
PPNG - Planos repartição simples	2	(1)
PPNG - Planos de renda	(11)	(12)
PVR - Planos renda	(142.414)	(118.907)
Despesas com benefícios e resgates	(214)	286
Outras provisões	(57)	(214)
Total	(142.694)	(118.848)

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.8. Despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal próprio	(514)	-
Serviços de terceiros	(61.753)	(58.671)
Localização e funcionamento	(565)	(509)
Publicidade e propaganda	(3.489)	(3.340)
Publicações	(60)	(83)
Donativos e contribuições	(329)	(75)
Despesas administrativas diversas	(25)	(22)
Total	(66.735)	(62.700)

26.9. Despesas com tributos

	30/06/2022	30/06/2021
Impostos	(412)	(278)
COFINS	(11.024)	(11.012)
PIS	(1.792)	(1.791)
Taxa de fiscalização	(1.527)	(932)
Outras despesas com tributos	(71)	(45)
Total	(14.826)	(14.058)

26.10. Resultado financeiro

	30/06/2022	30/06/2021
Categoria - valor justo por meio do resultado	142.924	29.345
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	142.486	29.237
Outras receitas financeiras	438	108
Categoria – disponível para venda	7.874	-
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	7.874	-
Total – receitas financeiras	150.798	29.345
Categoria - valor justo por meio do resultado	(50)	(560)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(50)	(560)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - previdência	(10.049)	(2.971)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - seguros	(122.395)	(19.906)
Outras despesas financeiras	(511)	(189)
Total – despesas financeiras	(133.005)	(23.626)
Total	17.793	5.719

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Conciliação dos impostos de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como segue:

	30/06/2022		30/06/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos	69.804	69.804	38.591	38.591
ADIÇÕES	3.923	3.923	1.772	1.772
Adição Permanente	11	11	-	-
Doações e Patrocínios Indedutíveis	306	306	60	60
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	178	178	174	174
Outras Provisões	1.705	1.705	1.087	1.087
PIS e COFINS Diferido	928	928	-	-
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	795	795	451	451
EXCLUSÕES	(436)	(436)	(134)	(134)
Outras Provisões	-	-	(32)	(32)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(436)	(436)	(102)	(102)
Resultado ajustado	73.291	73.291	40.229	40.229
Alíquotas Oficiais	15%+10%	15%	15%+10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(18.311)	(10.994)	(10.045)	(6.034)
Incentivos Fiscais	306	-	60	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	793	476	394	236
Despesas com IRPJ/CSLL	(17.212)	(10.518)	(9.591)	(5.798)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24,7%	15,1%	24,9%	15,0%

Com a aprovação da MP Nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 15% para 16% a partir de 1º de agosto de 2022.

28. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/21, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2022 da Icatu Seguros S.A.

Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Presidente

Luciano Snel Corrêa

Vice-presidente

Claudio Coutinho Mendes

Demais Conselheiros

Ademar Schardong
Claudio Leite Gastal
Cidmar Luis Stoffel
Luiz Carlos Caio Tomazeli

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira
Suzana Flores Cogo

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394